

## Assembléia Legislativa

#### FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RÚBRICA TOMAS	FLS Nº 04
ANEXOS	NÚMERO D-1484/11

JUNTADA

Publicação de matéria
de 09 laugas.
Em 28/09/41

Jest Hagamenon Alves Barbosa Janian Chefe do Setor de Publicação

EM 16 104 11

E caminho-so à Cominad

de Const. e justica

Em. 28/09/11

Conceição de Maria Pádua Sampaio
Chefe da Div. do Apoio Legislativo

Nos termos regimentais
Encaminha, se a Securicus

Kénia Dantas E. Carvalho
Diretora Legislativa



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão	de
P. ra os devidos fins. Em 13 / 02 / 12	T - Name Ange .
Conseiguo de Maria Luges C. S. Chefe do Núcleo Luges C. S.	

Em 12 12



### ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROJETO DE LEI: 163/11 PROCESSO: AL 1484/11 AUTOR: DEP.FÁBIO NOVO

RELATOR: DEPUTADO ANTONIO FELIX

#### I - RELATÓRIO

Foi encaminhado a esta Relatoria nos termos formais do Regimento Interno, para o fim de emitir parecer conforme o mesmo diploma legal.

O projeto em epígrafe que *Institui* o *Dia do Ipê Amarelo no Âmbito do Estado do Piauí* e da outras providências.

Pretende o Legislador incluir no calendário oficial do Estado do Piauí,na data de 23 de Setembro o Dia do Ipê Amarelo.

Nos termos do art.47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhado a esta relatoria para emitir parecer conforme dispõe os arts.59 a 63,139 e seguintes dos mesmo diploma legal já elencado.

É o relatório.

#### II - PARECER

A esta Comissão, dentre outras atribuições, cabe o exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativá de projetos, emendas ou substutivos sujeitos à apreciação da assembleia.

Examinando o Projeto em tela quanto à sua conformidade com o ordenamento jurídico vigente, verifico que não há obstáculos à sua livre tramitação nesta Casa, eis que atende aos pressupostos legais exigidos.

Pelas razões precedentes, manifesto meu voto no sentido da Constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 163/11 na forma apresentada.



## ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA RELATOR DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

#### III - VOTO DO RELATOR

Segundo as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação desta Comissão, deverá seguir seu trâmite normal no processo legislativo.

Face ao exposto, sou <u>FAVORÁVEL</u> ao presente Projeto de Lei nº 163 de 26 de setembro de 2011 de autoria do Deputado Fábio Novo.

### IV - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após analise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir, depois de apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos:

( ) Pelo ACATAMENTO do Voto do Relator;

) Pela **REJEIÇÃO do Voto do Relator**;

em, 27 / OB / L2

Presidente da Comissão de 

Justico

Sala das Comissões Técnicas Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina (PI), 27 de marco de 2012

DEPUTADO ANTONIO PELIX

RELATOR